

JUSTEZA: CAMINHOS PARA O ENFRENTAMENTO AO RACISMO RELIGIOSO - 3ª EDIÇÃO - 2023

REALIZAÇÃO



Ilê Axé Omi Ogun Siwajú



APOIO

INSTITUTO MATTOS FILHO

Em sua 3ª edição, o curso **JUSTEZA: Caminhos para o enfrentamento ao Racismo Religioso** é realizado em parceria com o **Núcleo Interdisciplinar de Reflexão e Memória Afrodescendente (Nirema) da PUC/RIO**, como ação do projeto “Racismo Religioso e Redução da Violência e Discriminação contra Praticantes de Religiões Afrodescendentes no Brasil”, desenvolvido por **Criola, Ilê Axé Omiojuaro e Ilê Axé Omi Ogun Siwajú com o apoio do Instituto Mattos Filho**. A iniciativa tem como eixo central o desenvolvimento de modelos de litigância estratégica contra o racismo religioso que, de um lado, partam da realidade vivenciada pelas comunidades tradicionais de terreiros e, de outro, prevejam garantias e respostas jurídicas em consonância com o sentido das violências sofridas.

PÚBLICO PRIORITÁRIO

O curso tem como público prioritário profissionais da área jurídica e estudantes de Direito, defensoras/es de direitos humanos, membros das comunidades de terreiros e praticantes das religiões de matrizes africanas.

OBJETIVOS

1. Formação e troca de conhecimento para o enfrentamento ao racismo religioso;
2. Difusão de normas internacionais e internacionais de proteção à liberdade religiosa e contra o racismo patriarcal cisheteronormativo;
3. Qualificação para o acolhimento das lideranças e de suas lideranças, como para litigar em demandas específicas das comunidades tradicionais de terreiro.

METODOLOGIA

Apresentação do repertório normativo (inter)nacional de proteção da liberdade religiosa e contra o racismo patriarcal cisheteronormativo, na dimensão destacada para o encontro. Estudo de casos e trocas de experiências.

CONTEXTO

Os realizadores partem da hipótese de que o sistema de justiça não tem sido capaz de tratar adequadamente os casos de racismo religioso que chegam para sua análise. Da mesma forma, as normas (inter)nacionais que tutelam a liberdade religiosa e as múltiplas manifestações culturais não têm protegido concretamente os povos de terreiro. Suas práticas são vilipendiadas, seus saberes tradicionais são invisibilizados e a plena cidadania dos/as seus/suas integrantes não é reconhecida. O recrutamento dos ataques contra as comunidades de terreiros implicam na violação de outros direitos.

O problema que se pretende enfrentar, portanto, é o racismo religioso contra comunidades tradicionais de terreiro, considerado uma violação histórica e sistemática de direitos humanos. Assim, a iniciativa busca construir redes de atuação para o enfrentamento do racismo religioso, encaminhando os casos a partir dos repertórios normativos dos terreiros, em conversa com normas (inter)nacionais de proteção de suas formas de vida. Apostamos na capacitação de estudantes, profissionais do Direito e lideranças das comunidades de terreiro, de modo que possam incidir sobre a promoção de direitos, contribuindo para a efetivação de políticas de prevenção e enfrentamento ao racismo religioso e a formas de discriminação que assombram suas comunidades.

Atuaremos na elaboração de modelos de tratamento dos casos capazes de evidenciar os determinantes (raciais, sociais, de gênero) que caracterizam o racismo religioso, de forma a subsidiar a construção dos casos e o impulsionamento de protocolos de julgamento com perspectiva (racial, social e de gênero) sobre as respectivas demandas. Também são objetivos do curso a multiplicação das boas práticas extrajudiciais, o fortalecimento dos mecanismos de acesso à justiça já existentes e a articulação de uma rede que possibilite a efetivação de medidas reparatórias em âmbito individual e coletivo, (inter)nacionalmente.

O problema que se pretende enfrentar, portanto, é o racismo religioso contra comunidades tradicionais de terreiro, considerado uma violação histórica e sistemática de direitos humanos. Assim, a iniciativa busca construir redes de atuação para o enfrentamento do racismo religioso, encaminhando os casos a partir dos repertórios normativos dos terreiros, em conversa com normas (inter)nacionais de proteção de suas formas de vida. Apostamos na capacitação de estudantes, profissionais do Direito e lideranças das comunidades de terreiro, de modo que possam incidir sobre a promoção de direitos, contribuindo para a efetivação de políticas de prevenção e enfrentamento ao racismo religioso e a formas de discriminação que assombram suas comunidades.

Atuaremos na elaboração de modelos de tratamento dos casos capazes de evidenciar os determinantes (raciais, sociais, de gênero) que caracterizam o racismo religioso, de forma a subsidiar a construção dos casos e o impulsionamento de protocolos de julgamento com perspectiva (racial, social e de gênero) sobre as respectivas demandas. Também são objetivos do curso a multiplicação das boas práticas extrajudiciais, o fortalecimento dos mecanismos de acesso à justiça já existentes e a articulação de uma rede que possibilite a efetivação de medidas reparatórias em âmbito individual e coletivo, (inter)nacionalmente.

PROGRAMAÇÃO

Os encontros acontecerão entre os meses de novembro e dezembro de 2023, que somarão 22 horas de aulas síncronas (online e ao vivo) e 10 horas de construção do caso. O curso será ministrado por professoras/es de diferentes universidades e lideranças religiosas.

As aulas online acontecem segundas e quartas, de 19 às 21h. A sala será aberta 10 min antes do início do encontro. Reforçamos que a presença e participação nas aulas é indispensável para o bom aproveitamento do curso.

1º aula inaugural: 01/11/2023

2º encontro: 06/11/2023

3º encontro: 08/11/2023

4º encontro: 13/11/2023

5º encontro: 22/11/2023

6º encontro: 27/11/2023
7º encontro: 29/11/2023
8º encontro: 06/12/2023
9º encontro: 11/12/2023
10º encontro: 13/12/2023
11º encontro: 18/12/2023

Os temas trabalhados nos encontros serão organizados a partir dos seguintes eixos:

- Sentidos de Justiça;
- Estratégias dos povos de terreiros contra o racismo religioso: educação, advocacy e litigância estratégica;
- Limites e possibilidades das caracterizações normativas: Religião e Comunidades Tradicionais;
- Evidências e Indicadores do Racismo no Direito. Como promover uma litigância estratégica do “tipo nossa”?;
- Conflitos de terra e regularização fundiária;
- Racismo Religioso e Sistema Interamericano;
- Patrimonialização;
- Oficina de Mediação de conflito.

PROFESSORES/FACILITADORES

1. Adailton Moreira Costa

Babalorixá do Ilê Omiojuarô. Doutorando em Bioética pelo PPGBIOS UFRJ, Mestre em Educação pelo Proped UERJ, Formado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e Licenciatura em Sociologia da Educação com ênfase em Antropologia Cultural e as questões relacionadas sobre gênero, raça, religiões, cultura e religiosidade afro-brasileira.

2. Augusto Sérgio dos Santos de São Bernardo

Professor doutor, atualmente é professor assistente da Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Departamento de Ciências Humanas Campus I, leciona como disciplinas: Filosofia do Direito, Hermenêutica Jurídica e Direito do Consumidor, Desenvolve nas áreas da filosofia latino-americana, africana e brasileira. Atualmente ocupa as cargas do Coordenador de Diversidade e Inclusão da OAB-Bahia e Assessoria Chefe da Reitoria da UNEB.

3. Bruno Heim

Professor de Direito da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, atualmente coordenador do Bacharelado em Arqueologia. Mestre em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental. Especialista em Direito Público. Pós-graduando em Direito Agrário e do Agronegócio. É advogado e consultor nas áreas de direito ambiental, imobiliário e urbanístico. Presidente da Comissão de Direito Urbanístico e Imobiliário da OAB-BA, Paulo Afonso. Membro da Câmara Técnica de Assuntos Jurídico do Comitê de Bacia Hidrográfica do São Francisco. Presidente do Instituto Velho Chico de Defesa do Meio Ambiente e Direitos Transindividuais.

4. Ilzver Matos

Advogado. Yawô de Ogum do Abassá Axé Ilê Pilão de Oxaguian, em Aracaju-SE. Pós-doutor (PPGD/UFBA). Doutor em Direito (PUC-Rio). Mestre em Direito (UFBA). Professor do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PPGDH/PUCPR). Professor da Universidade Federal de Sergipe. Ex-Presidente

Comissão de Igualdade Racial e da Comissão da Verdade Sobre a Escravidão Negra da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Sergipe (OAB/SE). Diretor de Direitos Humanos da Prefeitura de Aracaju. Recebeu o Prêmio Direitos Humanos 2018 - Categoria Liberdade Religiosa, do Ministério dos Direitos Humanos.

5. Malu Stanchi

Mestranda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Especialista em Políticas Públicas e Justiça de Gênero pelo Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (CLACSO) e pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO Brasil).

6. Thiago Hoshino

Professor doutor, atualmente é responsável pelas disciplinas de Metodologia e Filosofia do Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Pesquisador do LABÁ - Direito, Espaço e Política, do Centro de Estudos da Constituição (CCONS/UFPR) e do Grupo de Estudos Multidisciplinares em Urbanismos e Arquiteturas do Sul (MALOCA/UNILA).

7. Thula Pires

Professora doutora, atualmente é responsável pelos cursos de Graduação e Pós-graduação do Departamento de Direito da PUC-Rio, Coordenadora-Adjunta de Graduação no mesmo curso e Coordenadora Geral do NIREMA (Núcleo Interdisciplinar de Reflexão e Memória Afrodescendente).

8. Winnie de Campos Bueno

Iyalorixá. Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFRGS. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL/RS). Mestre em Direito pela Universidade do Vale Rio dos Sinos (Unisinos/RS) na linha de Pesquisa da Sociedade, Novos Direitos e Transnacionalização.